

# CPI quer antecipar confisco de bens de “anões”

Geraldo Magela

A Subcomissão de Assuntos Patrimoniais da CPI do Orçamento quer acelerar o processo de confisco de bens dos parlamentares envolvidos no escândalo de manipulação de verbas públicas. A subcomissão acredita que a Procuradoria Geral da República pode começar a tomar as providências para garantir o arresto ou seqüestro dos bens dos parlamentares, contra os quais já há provas suficientes de enriquecimento ilícito. Uma das medidas cogitadas é a declaração de indisponibilidade de bens dos suspeitos.

Na próxima reunião administrativa da CPI, os senadores Luís Alberto (PTB-PR) e José Paulo Bisol (PSB-RS) vão apresentar ao presidente da comissão, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), proposta de encaminhamento ao Ministério Público Federal das provas de enriquecimento ilícito reunidas. Para enviar os documentos, os dois parlamentares acreditam não ser necessário esperar a conclusão dos trabalhos. O objetivo é evitar, na CPI do Orçamento, a repetição de fatos da CPI do PC.

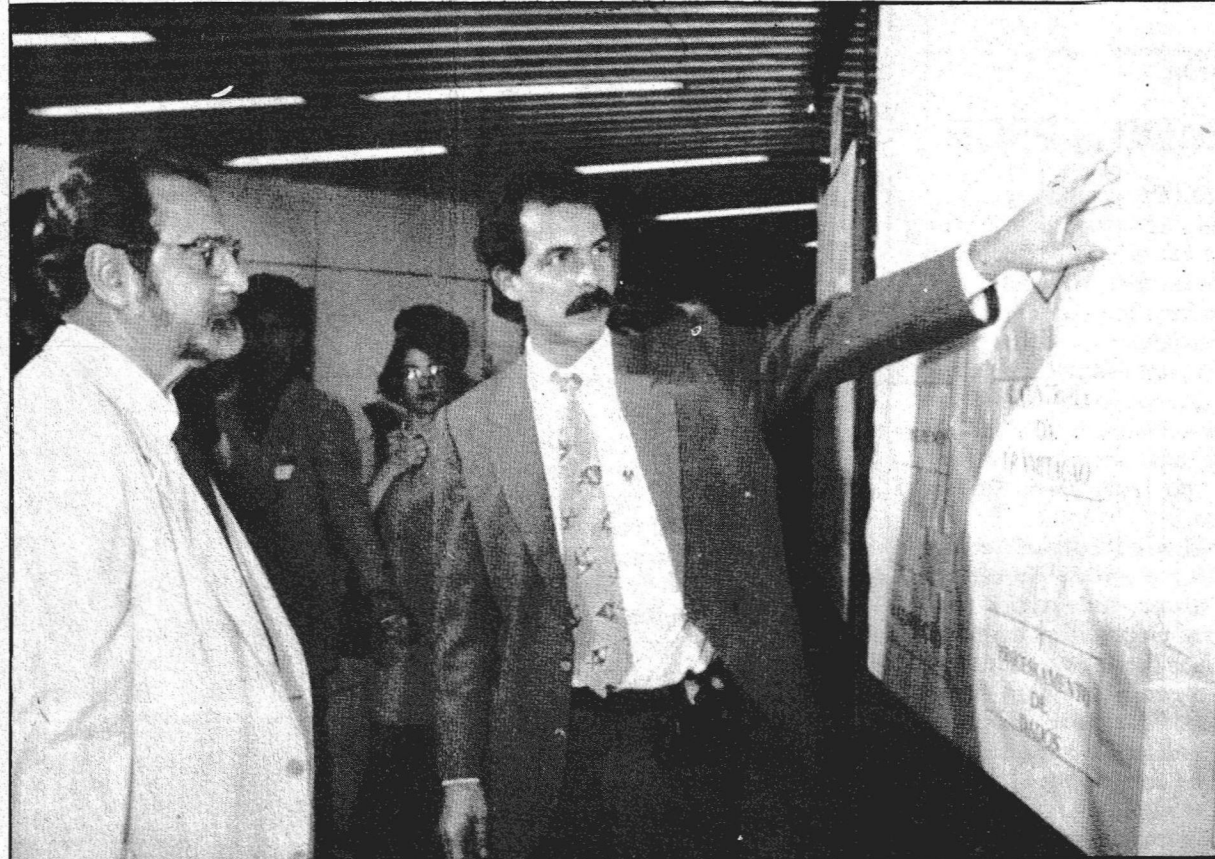
“Temos de tomar providências para que o dano ao erário não seja irreversível”, explicou o senador Luís Alberto. “Os responsáveis por crimes contra o patrimônio público devem ser impedidos de transferir seu patrimônio adquirido de forma ilícita para outros”. Conforme o senador, o exemplo da CPI do PC é um alerta. “Paulo César Farias ficou impune, de posse de todos os seus bens, mesmo depois de desmontado seu esquema de corrupção”.

**Nomes** — Na lista estão os nomes dos deputados Manoel Moreira

(PMDB-SP), José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), João Alves (PPR-BA) e Cid Carvalho (PMDB-MA) e do ex-diretor do Departamento de Orçamento, José Carlos Alves dos Santos, cujas denúncias motivaram a criação da CPI. Em todos esses casos, segundo a Subcomissão de Assuntos Patrimoniais, os rendimentos declarados pelos envolvidos no esquema de corrupção são incompatíveis com o seu patrimônio — o que caracteriza enriquecimento ilícito. Só o deputado José Geraldo Ribeiro (PMDB-MG), que presta depoimento hoje, declarou à Receita um patrimônio de US\$ 5 milhões.

O caso considerado mais escandaloso é o do deputado Manoel Moreira, ligado ao ex-governador Orestes Quêrcia (PMDB). Os integrantes da Subcomissão de Patrimônio dizem que o relatório preparado pela Receita é “demolidor”. O relatório inclui até um organograma sobre os testas-de-ferro usados por Moreira para ocultar seu patrimônio. “Ele está em uma posição insustentável e ficou claro que enriqueceu graças à retribuição dos favores prestados como membro da Comissão de Orçamento às suas amigas empreiteiras”, informou o senador Luís Alberto.

Entre outras falhas, as declarações de bens de Moreira apresentam ganhos financeiros inexplicáveis, omitem imóveis, fazendas e participações em empresas, relacionados por sua ex-mulher Marinalva Soares, como de sua propriedade, e subavaliavam valores de bens. Nas declarações, Moreira estima em apenas US\$ 700 mil uma casa em Campinas — avaliada por corretores em US\$ 2,5 milhões; em US\$ 400 mil uma mansão em Brasília — que vale na realidade US\$ 1,5 milhão; e em US\$ 13 mil sua participação societária no restaurante Piantella em Brasília — que, segundo sua ex-mulher, corresponde a US\$ 300 mil.



Bisol e Mercadante entendem que não é necessário esperar o fim da CPI para pedir o confisco